

Auditoria Patrimonial

Nilza Pericine do Nascimento, Paulo Leandro da Silva Marques

Serviço de Administração Patrimonial

RESUMO

O gerenciamento de materiais permanentes no hospital das Clínicas de Ribeirão Preto é executado pelo Serviço de Administração Patrimonial, que utiliza o mecanismo de Auditoria Patrimonial para averiguar a existência física do bem, identificar e corrigir divergências, propor ações preventivas, cumprir legislação fiscal e evidenciar a responsabilidade dos centros de custo com os quais compartilha o gerenciamento. A auditoria patrimonial no HCRP possui periodicidade anual, sendo planejado o próximo período no final do período vigente, levando em consideração as peculiaridades de cada área a ser auditada, o que na Instituição é caracterizada como Centro de Custo. O impacto gerado pela Auditoria Patrimonial tem sido positivo, tendo em vista a melhora na série histórica do índice de não conformidades.

Introdução

A auditoria está ligada historicamente à área contábil-financeira. Surgiu nas civilizações antigas com a necessidade de se verificar os registros de arrecadação de impostos. Atualmente a Auditoria pode ser realizada por órgãos externos ou por profissionais da própria instituição, segundo normas de controle, políticas e procedimentos internos da empresa. De acordo com o disposto no artigo 18, da Lei do Estado de São Paulo nº 10.320/1968, toda instituição tem o dever de efetuar o controle de seus bens permanentes. "Os bens móveis, materiais e equipamentos em uso ficarão sob a responsabilidade dos chefes de serviço e respectivos diretores, procedendo-se periodicamente a verificações pelos órgãos de controle". Os órgãos de fiscalização externa que atuam diretamente no controle patrimonial do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (HCRP) são: Tribunal de contas do Estado de São Paulo e a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. No HCRP a Auditoria Patrimonial é executada pelo Serviço de Administração Patrimonial que verifica o gerenciamento de materiais permanentes pelos centros de custo da Instituição.

Justificativa

Diante das fiscalizações externas, considerando tratar-se de um órgão público, do crescimento da instituição e das atividades desenvolvidas de ensino, as-

sistência e pesquisa, implicando em uma diversificação de materiais permanentes adquiridos, a auditoria patrimonial é uma ferramenta importante para o gestor patrimonial. Ela proporciona o confronto entre o banco de dados com o físico proporcionando indicadores que são utilizados no processo de gestão patrimonial.

Objetivo

Auditoria Patrimonial no HCRP é um mecanismo que tem como objetivo verificar o gerenciamento efetuado pelos centros de custo, averiguar a existência física do bem, identificar e corrigir divergências, propor ações preventivas, cumprir legislação fiscal e evidenciar a responsabilidade das áreas pelos seus bens permanentes.

Metodologia

A auditoria patrimonial no HCRP possui periodicidade anual, sendo planejado o próximo período no final do período vigente e levando em consideração os problemas levantados durante o ano e as informações obtidas dos usuários por meio de ordens de serviços eletrônicas. A etapa de planejamento inclui a revisão dos centros de custo, verificando os criados, os excluídos e os que tiveram alteração de nome. Durante esta revisão são analisadas as características de cada unidade para avaliação do perfil e agrupamento em períodos mensais, sendo verificados dados como a quanti-

dade e o tipo de materiais sobre a responsabilidade da unidade, das rotinas executadas e da localização física. Durante o planejamento, são definidos os critérios de escolha dos materiais a serem auditados, os meios de comunicação com as áreas, os procedimentos de verificação no local, as informações disponíveis para confrontar os dados obtidos e para resolver divergências encontradas. A auditoria patrimonial é antecedida por um inventário que embora esteja disponível on-line para utilização a todos os centros de custos durante o ano inteiro, é estabelecida, como referência, a sua realização para o mês anterior à auditoria, e é comunicado via e-mail no mês antecedente. Esta ferramenta de gerenciamento disponibiliza a relação de bens sempre atualizada por ser integrada ao sistema de controle patrimonial, possibilitando, portanto que as informações de controle fiquem disponíveis a todos os gestores envolvidos. No mês subsequente ao cronograma de inventário, o centro de custo recebe a visita da equipe de auditoria patrimonial, cujo critério, além de conferir se foi realizado o inventário, ficou estabelecido para 2010 auditar 5% dos materiais de cada centro de custo, sendo selecionados os de maior valor de aquisição e somente os adquiridos nos últimos 5 anos. Com a melhoria nos índices de não conformidades levantados são definidos outros critérios para as próximas auditorias.

Resultados

A primeira auditoria patrimonial realizada no HCRP foi em 2002 com término em 2006, teve como critério auditar todos os materiais de todos os centros de custo da Instituição. Com esta auditoria conseguiu-se levantar uma série de não conformidades como: movimentações de materiais entre centros de custo não informadas, materiais não localizados fisicamente e materiais sem origem de compra. Gráfico 1 - Tipos de Não Conformidades Apuradas; Gráfico 2 - Resultado do Inventário 2002-2006. Pode-se observar abaixo o impacto gerado pela Auditoria Patrimonial, considerando a quantidade de solicitações de transferências de responsabilidade feitas pelos usuários, levantadas pelo aumento da média mensal no Sistema de Ordem de Serviço em abril de 2007; Gráfico 3 - Solicitações de Transferência por Ordem de Serviço com base

nos resultados obtidos em 2006 foi definido para 2007 e 2008 auditar todos os materiais de informática de todos os centros de custo do Hospital, considerando o alto fluxo de realocações destes equipamentos. Gráfico 4 - Quantidade de Materiais Auditados X Porcentagem de Materiais Não Localizados. Com a melhora no comprometimento dos centros de custo em informar as realocações dos itens de informática, alterou-se os critérios de auditoria para o próximo período. Em 2009, foram auditados 5% dos materiais de cada centro de custo, sendo selecionados os materiais mais novos. No final de 2010, após levantamento da auditoria corrente, serão definidos os critérios para o próximo ano.

Referências

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 10.320, de 16 de dezembro de 1968. Dispõe sobre os sistemas de controle Interno da gestão financeira e orçamentária do Estado.

Auditoria Patrimonial 2002-2006



Gráfico 1 - Tipos de Não Conformidades Apuradas



Gráfico 2.

Solicitações de Transferência por O.S.

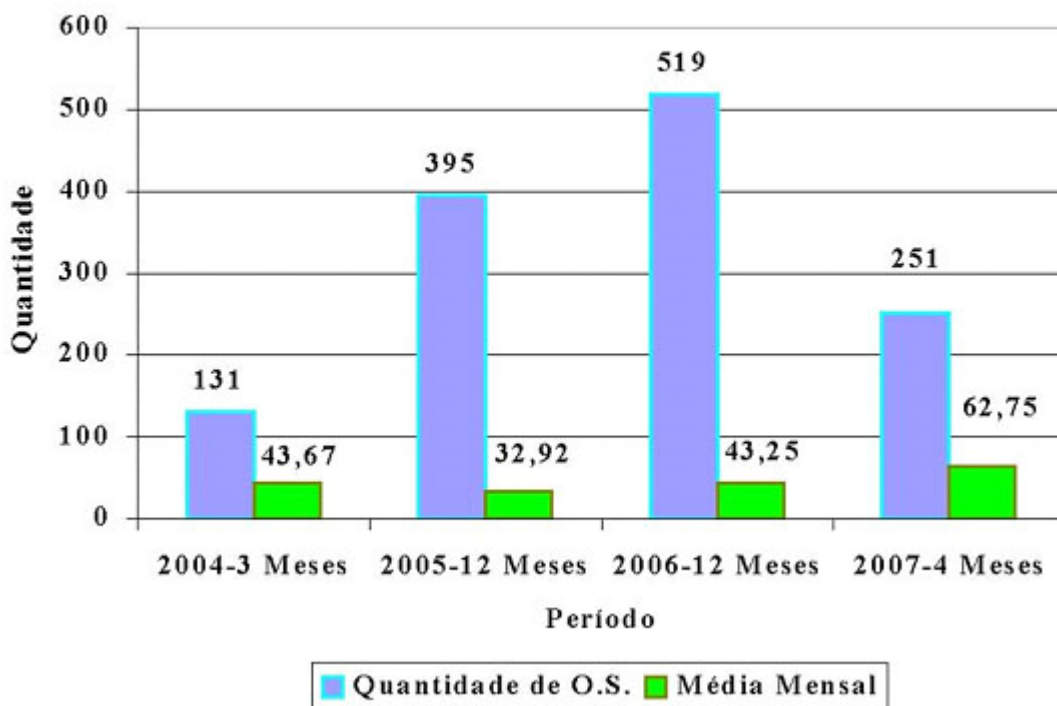


Gráfico 3.

Quantidade de Materiais Auditados X Porcentagem de Materiais Não Localizados

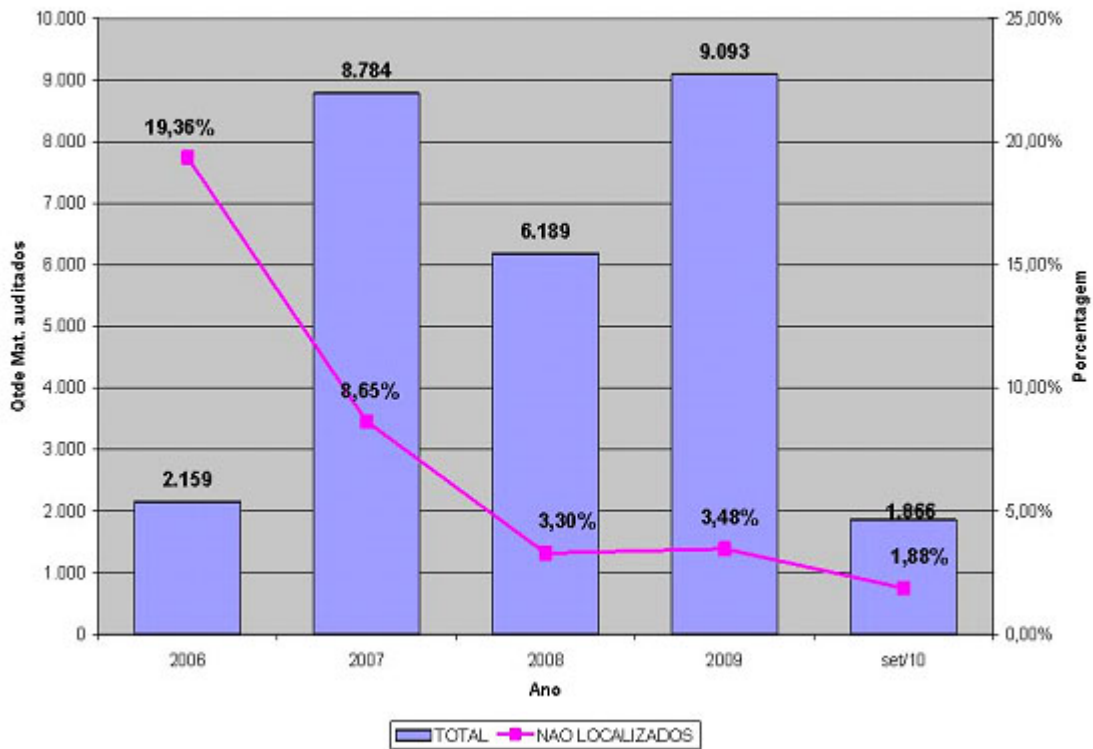


Gráfico 4.